

AZ@BXL

Número: 382

Data: 2025.11.21

No título: "Desenhos abertos 6" (2020)

Créditos: Nascida na ilha de São Miguel em 1993, Beatriz Brum é uma artista plástica que desenvolve as suas obras a partir da pesquisa sobre a luz e da forma como ela se materializa, tendo também a cor e a forma como elementos centrais do seu trabalho. É licenciada em Artes Plásticas pela ESAD (Escola Superior de Artes e Design) de Caldas da Rainha, onde também concluiu os mestrados em Gestão Cultural (2017) e Artes Plásticas (2019). Em 2015, a artista venceu o Prémio Jovens Criadores do festival de arte Walk&Talk com o seu projeto "Reflexos" e, mais recentemente, foi agraciada com o prémio de pintura António Dacosta, promovido pela Secretaria Regional da Educação e Cultura, em 2020. A obra de Beatriz Brum tem sido exposta em diversos locais, dentro e fora da Região Autónoma dos Açores, incluindo participações em exposições em Lisboa e junto das comunidades açorianas nos Estados Unidos, em Fall River.

Cortesia: *Galeria Fonseca Macedo*

Nota: Nesta edição, damos continuidade a uma nova sequência de publicações com o intuito de divulgar obras de artistas açorianos ou a residir nos Açores. Deixamos o nosso mais sincero agradecimento a todos os artistas que aceitaram participar, bem como à Galeria Fonseca Macedo, que prontamente aceitou o desafio e se disponibilizou para colaborar.

DESTAQUES



[Orçamento da UE para 2026: Conselho e Parlamento chegam a acordo](#)

[Comissão avança para um novo espaço Schengen militar e transformação da indústria da defesa](#)

[Comissão apresenta Agenda do Consumidor 2030 para reforçar proteção dos consumidores, competitividade e crescimento sustentável](#)

[Comissão Europeia propõe pacote digital para simplificar regras, reduzir custos e acelerar inovação empresarial na UE](#)

[Comissão Europeia propõe pensão complementar automática para reforçar segurança financeira na reforma](#)

[Comissão apresenta estratégia para transformar e digitalizar os sistemas judiciais em toda a UE](#)

[Comissão Europeia adota procedimentos de infração de novembro](#)



24 e 25 de novembro



Cimeira EU-União Africana

Os líderes da União Europeia e da União Africana reúnem-se em Luanda, Angola, nos dias 24 e 25 de novembro de 2025, para a sétima cimeira UE-[União Africana](#) (UA). O encontro, será copresidido pelo Presidente angolano João Lourenço e pelo Presidente do Conselho Europeu António Costa e contará também com a presença da Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen.

A cimeira irá assinalar os 25 anos da parceria UE-UA e irá acontecer num momento em que Angola assume a presidência rotativa da organização africana.

Pode saber mais sobre a cimeira [aqui](#).

24 a 27 de novembro



Sessão Plenária do Parlamento Europeu

A próxima sessão plenária do Parlamento Europeu irá decorrer em Estrasburgo nos próximos dias 24 a 27 de novembro, podendo consultar [aqui](#) a agenda da sessão plenária.

Pode consultar [aqui](#) em detalhe todos os destaques desta sessão plenária.

Poderá ainda assistir em direto à [sessão plenária através do EP Live](#).

Até 26 de novembro



Consulta pública: Lei Quântica da UE

A Comissão Europeia lançou um convite à apresentação de comentários para preparar a futura Lei Quântica da União Europeia, prevista para adoção em 2026.

A proposta assenta em três eixos: apoiar e coordenar a investigação e inovação da UE e nacional em tecnologias quânticas; estimular o investimento em infraestruturas quânticas e na industrialização de tecnologias quânticas; e monitorizar e proteger as cadeias de fornecimento quânticas críticas da UE.

A futura legislação basear-se-á na [Estratégia Quantum Europe](#) e servirá de complemento a instrumentos existentes como o [Regulamento da UE para Circuitos Integrados](#), a [Empresa Comum Europeia para a Computação de Elevado Desempenho](#) (Euro HPC) e a iniciativa [IRIS](#)².

As autoridades dos Estados-Membros, agências da UE, operadores de infraestruturas EuroHPC/EuroQCI, a indústria, incluindo pequenas e médias empresas, start-ups, organizações de investigação e universidades, bem como organismos de normalização e especialistas em cibersegurança, defesa e tecnologias quânticas, são convidados a contribuir.

As contribuições poderão ser submetidas através do portal “Dê a sua opinião” até ao dia 26 de novembro de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas).

28 de novembro



Conferência Anual de Investigação

A Conferência Anual de Investigação (ARC) é realizada com o objetivo de levar à Comissão Europeia os resultados das mais recentes investigações académicas e promover o diálogo entre a investigação académica e a elaboração de políticas.

Todos os anos, a conferência aborda um tema relevante para a elaboração de políticas apoiadas em dados concretos na [Direção-Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros](#) (DG ECFIN) da Comissão e no [Centro Comum de Investigação](#) (JRC), coorganizadores da Conferência.

A edição deste ano irá explorar como a Inteligência Artificial e a inovação estão a remodelar a produtividade e a influenciar o futuro da política económica.

Este evento realizar-se-á a partir de um sistema híbrido, que permitirá aos interessados que não se possam deslocar a Bruxelas assistir às discussões em linha.

Pode consultar aqui o [programa](#) e [aqui](#) a página do evento.

Até 8 de dezembro



Comissão recolhe opiniões para a Visão Estratégica para o Desporto na Europa

A Comissão Europeia [abriu](#) uma consulta pública para recolher opiniões de cidadãos, atletas, treinadores e organizações sobre a futura comunicação política «Uma Visão Estratégica para o Desporto na Europa: Reforçar o Modelo Desportivo Europeu».

O objetivo é reforçar o papel do desporto como bem público, destacando o seu papel na saúde, educação, inclusão social, coesão europeia e competitividade económica. A participação da sociedade será fundamental para enfrentar desafios atuais e preservar o [Modelo Europeu do Desporto](#), assente em clubes fortes, iniciativas de base e comunidades desportivas locais.

O processo de consulta permanecerá aberto por 12 semanas no portal “[Dê a sua opinião](#)” e irá também permitir a apresentação de evidências e boas práticas.



Comissão lança inquérito para avaliar a Garantia Europeia para a Infância

A Comissão Europeia lançou um inquérito destinado a recolher as opiniões de crianças, jovens, pais e tutores sobre a aplicação da [Garantia Europeia para a Infância](#), uma iniciativa que visa assegurar a todas as crianças em risco de pobreza ou exclusão social o acesso a serviços essenciais, como educação, cuidados de saúde, nutrição e habitação.

O [inquérito](#), disponível na Plataforma de Participação das Crianças da UE, estará disponível até 8 de dezembro de 2025. Os contributos recolhidos irão servir para melhorar a implementação da Garantia e integrar mais diretamente a voz das crianças no processo de formulação de políticas europeias.

Esta é uma iniciativa lançada no âmbito do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza e insere-se no compromisso da Comissão de reduzir a pobreza infantil e reforçar a inclusão social em toda a União. O feedback recolhido alimentará também os trabalhos da futura Estratégia Europeia de Combate à Pobreza, atualmente em [consulta pública](#) até 24 de outubro.

Até 10 de dezembro



Comissão procura obter informações sobre a futura Carta de Acesso dos Utilizadores Industriais às Infraestruturas de Investigação e Tecnologia

A Comissão lançou um inquérito [público](#) para recolher contributos das partes interessadas sobre a futura Carta de acesso dos utilizadores industriais às infraestruturas de investigação e tecnologia.

Com base na [Carta revista para o acesso às infraestruturas](#) de investigação, esta nova Carta destinar-se-á especificamente a facilitar o acesso das empresas. Facilitará o acesso das empresas, em especial das pequenas e médias empresas (PME), das empresas em fase de arranque e das empresas em fase de expansão, às infraestruturas europeias de investigação e tecnologia de craveira mundial.

As partes interessadas são convidadas a [apresentar os seus pontos de vista sobre a conceção e o conteúdo da Carta](#) até 10 de dezembro de 2025. A Carta final deverá ser apresentada em 2026.

Pode obter mais informação [aqui](#).

Até 11 de dezembro



Consulta Pública: Simplificação da PAC — fim da obrigação de registar os produtos fitofarmacêuticos na aplicação geoespacial

No âmbito da proposta de simplificação da política agrícola comum, esta iniciativa visa reduzir os encargos administrativos para os agricultores, pondo fim à obrigação de registar os produtos fitofarmacêuticos na aplicação geoespacial.

No entanto, os agricultores terão de continuar a manter registos da utilização de produtos fitofarmacêuticos (em formato digital ou em papel).

A proposta alinha igualmente as referências jurídicas relacionadas com o sistema integrado de gestão e de controlo.

O processo de consulta pública permanecerá aberto até 11 de dezembro de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas) no portal "[Dê a sua opinião](#)".

Até 12 de dezembro



Consulta Pública: Bem-estar dos animais nas explorações para determinados animais: modernização da legislação da UE

Com base em dados científicos, nas reações das partes interessadas, na avaliação dos impactos económicos e sociais e tendo em conta as exigências da sociedade, esta iniciativa é uma etapa da revisão da legislação da UE em matéria de bem-estar dos animais e dá também seguimento ao compromisso de eliminar progressivamente a utilização de gaiolas para determinados animais.

A fim de defender os seus valores, a UE procurará, em conformidade com as regras internacionais, reforçar o alinhamento das normas de produção em matéria de bem-estar dos animais aplicadas aos produtos importados.

O processo de consulta pública permanecerá aberto até 12 de dezembro de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas) no portal "[Dê a sua opinião](#)".

Até 15 de dezembro



Diga-nos o que pensa sobre: Estratégia para as regiões ultraperiféricas da UE

Esta iniciativa visa permitir que as regiões ultraperiféricas retirem maiores benefícios das políticas, dos fundos e dos programas da UE.

A iniciativa irá: alinhar a estratégia atual com as novas prioridades políticas; delinear uma visão global para aumentar a prosperidade destas regiões; definir os principais domínios de ação da UE para dar resposta às necessidades e especificidades destas regiões; e, ajudar a explorar os ativos estratégicos e o potencial único que estas regiões oferecem enquanto postos avançados da UE no mundo.

O processo de consulta permanecerá aberto até 15 de dezembro de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas) no portal "[Dê a sua opinião](#)".

A adoção da Estratégia para as regiões ultraperiféricas pela Comissão Europeia está prevista para o 1.º trimestre de 2026.



Diga-nos o que pensa sobre: Pacote de simplificação regulamentar para as regiões ultraperiféricas da UE

Esta iniciativa visa eliminar os estrangulamentos na legislação da UE que dificultam o desenvolvimento socioeconómico, a competitividade sustentável e a prosperidade das regiões ultraperiféricas da UE. Visa, em especial, simplificar os requisitos legais da UE e ajustá-los às especificidades das regiões ultraperiféricas.

Esta iniciativa complementa a iniciativa relativa à estratégia para as regiões ultraperiféricas da UE.

O processo de consulta permanecerá aberto até 15 de dezembro de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas) no portal "[Dê a sua opinião](#)".

A adoção da proposta de regulamento pela Comissão Europeia está prevista para o primeiro semestre de 2026.



Consulta Pública: Aviação — Regras da UE em matéria de serviços aéreos (revisão)

As atuais regras da UE em matéria de serviços aéreos abrangem domínios como os requisitos operacionais, a liberdade de prestação de serviços e a liberdade de fixação de preços.

A iniciativa atualizará essas regras à luz dos ensinamentos retirados, nomeadamente durante a pandemia de COVID-19, a evolução da dinâmica do mercado e a evolução geopolítica e ambiental.

O objetivo é assegurar que o mercado interno da aviação da UE continue a ser centrado no consumidor, a preços acessíveis, fiável, social e ambientalmente sustentável e competitivo a nível mundial.

O processo de consulta pública permanecerá aberto até 15 de dezembro de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas) no portal "[Dê a sua opinião](#)".

15 a 17 de dezembro



EU Agri-Food Days 2025

As Jornadas Agroalimentares da UE 2025, agendadas para 15 a 17 de dezembro, em Bruxelas, terão este ano como tema central "Garantir a alimentação e a agricultura da Europa".

Esta conferência de três dias permite-lhe estabelecer contactos e participar em conversas importantes com partes interessadas do setor agroalimentar da UE, agricultores, analistas, académicos, sociedade civil e decisores políticos.

Para mais informações, consulte o [site do "EU Agri-Food Days 2025"](#).

Até 17 de dezembro



Comissão procura pontos de vista sobre o futuro da normalização europeia

A Comissão Europeia [lançou](#) uma consulta pública sobre a próxima revisão do regulamento da UE relativo à normalização. Esta consulta ajudará a definir as futuras medidas políticas destinadas a reforçar o sistema europeu de normalização e a salvaguardar a liderança da Europa no desenvolvimento de normas de elevada qualidade e de confiança. Ao assegurar que as normas são eficientes e eficazes, a UE pode promover as suas ambições ecológicas e digitais, reforçando simultaneamente a sua posição de líder mundial na definição de normas.

Previsto para adoção em 2026, o regulamento revisto tornará o processo de definição de normas mais rápido, mais reativo às necessidades políticas e mais inclusivo, especialmente para as PME e as empresas em fase de arranque. A Comissão apresentou as principais prioridades para a revisão na sua avaliação publicada em julho de 2025. As partes interessadas e os peritos são convidados a contribuir através [da consulta em linha](#) disponível no portal da Comissão «Dê a sua opinião» até 17 de dezembro de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 13 de janeiro



Comissão lança consulta pública sobre futura Lei dos Materiais Avançados

A Comissão Europeia abriu um [convite à apresentação de propostas](#) e uma [consulta pública](#) sobre a futura Lei dos Materiais Avançados, uma iniciativa central da [Bússola para a Competitividade](#) que visa reforçar a liderança industrial e a autonomia estratégica da Europa.

A nova legislação criará um quadro estratégico para o desenvolvimento, produção e utilização de materiais avançados, substâncias desenvolvidas artificialmente com propriedades inovadoras e aplicáveis em setores como eletrónica, energia e mobilidade elétrica.

A implementação da proposta está prevista para 2026 e procurará acelerar a transição entre a investigação e a comercialização, simplificar processos regulamentares e aumentar a capacidade de produção europeia, de modo a realizar uma promoção simultânea de sustentabilidade e economia circular.

Os interessados poderão enviar contributos até 13 de janeiro de 2026 através do portal “[Dê a sua opinião](#)” da Comissão Europeia.

Até 14 de janeiro



Comissão lança consulta sobre regras de auxílios estatais à radiodifusão de serviço público europeu

A Comissão Europeia abriu uma [consulta pública](#) e uma [consulta a peritos](#) para recolher contributos sobre a [Comunicação de 2009 relativa aos auxílios estatais à radiodifusão de serviço público](#). O objetivo é avaliar se as regras continuam a cumprir os seus objetivos, tendo em conta as mudanças tecnológicas, de mercado e jurídicas ocorridas desde a última revisão.

A consulta pública geral destina-se a cidadãos, empresas e organizações interessadas, enquanto a consulta a peritos se dirige a participantes do setor, autoridades públicas e académicos com experiência específica na radiodifusão de serviço público. O prazo para participação em ambas termina a 14 de janeiro de 2026.

Após o encerramento das consultas, a Comissão analisará as respostas, publicará um resumo no portal “[Dê a sua opinião](#)” e divulgará as contribuições na língua em que foram submetidas. Com base nas respostas e na análise interna, será elaborado um documento de trabalho com as principais conclusões da avaliação.

Até 23 de janeiro



Consulta Pública: Ato legislativo sobre o Espaço Europeu da Investigação

A fim de criar um ambiente geral mais favorável à inovação, que reduza a fragmentação e impulsione a competitividade da UE, esta iniciativa visa reforçar o investimento em I&D e elevá-lo ao nível da meta de 3 % do PIB.

Centrará mais o apoio à investigação nas prioridades estratégicas, alinhará melhor as prioridades de financiamento da UE e dos Estados-Membros e promoverá a livre circulação de conhecimentos e talentos na Europa.

O processo de consulta pública permanecerá aberto até 23 de janeiro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) no portal “[Dê a sua opinião](#)”.

A adoção do ato legislativo pela Comissão Europeia está prevista para o terceiro trimestre de 2026.

Até 26 de janeiro



Comissão procura obter pontos de vista sobre a revisão das diretivas relativas à contratação pública

A Comissão Europeia lançou uma consulta pública de 12 semanas para recolher contributos e elementos de prova com vista à revisão das diretivas da União Europeia relativas à contratação pública. A iniciativa pretende modernizar e simplificar as regras atuais, alinhando-as com as atuais prioridades estratégicas da UE.

Com as autoridades públicas da UE a gastarem mais de 2,6 biliões de euros por ano, dos quais 600 mil milhões de euros estão sujeitos às regras da UE, a revisão destas diretivas procura promover um sistema de investimento público europeu mais eficiente e estratégico.

Através deste questionário, a Comissão procura obter contributos das partes interessadas, incluindo as autoridades públicas, as empresas, a sociedade civil, os parceiros sociais e o meio académico, sobre a forma de melhorar as regras da UE em matéria de contratos públicos.

O questionário pode ser encontrado no portal “[Dê a sua opinião](#)” e o período de consultas decorrerá até ao **dia 26 de janeiro de 2026**.

Até 4 de fevereiro



Comissão lança convite à apresentação de propostas para financiar projetos de parceria no domínio jornalístico

A Comissão Europeia anunciou a disponibilização de 13,8 milhões de euros para apoiar o pluralismo e a colaboração transfronteiriça no jornalismo, no âmbito do programa Europa Criativa.

O montante reparte-se entre dois convites à apresentação de propostas. O [primeiro convite](#), referente à atribuição de 6,9 milhões de euros, destina-se a parcerias jornalísticas que promovam colaborações entre meios de comunicação de diferentes países da UE, com um máximo de 2 milhões por projeto de dois anos. O [segundo](#), também com 6,9 milhões de euros, visa reforçar o pluralismo mediático, oferecendo até 2,5 milhões por projeto a organizações intermediárias que financiem meios locais, comunitários e jornalismo de investigação.

Ambos os convites permanecerão abertos até 4 de fevereiro de 2026, podendo encontrar [aqui](#) mais informação sobre estes dois convites.



Comissão Europeia lança consulta sobre reforço das regras de segurança dos produtos no mercado único

A Comissão Europeia lançou uma consulta pública sobre duas iniciativas que visam atualizar o quadro da UE em matéria de segurança dos produtos e do mercado, garantindo que todos os bens comercializados sejam seguros, sustentáveis e adequados à economia digital e circular.

A primeira iniciativa propõe a revisão do [Novo Quadro Legislativo relativo à marcação CE](#) e à avaliação da conformidade, procurando simplificar regras, reduzir encargos administrativos e harmonizar procedimentos entre setores. A segunda analisa o [Regulamento sobre a Fiscalização do Mercado](#), com o objetivo de reforçar a cooperação entre autoridades e alfândegas e melhorar o combate a produtos inseguros.

As consultas decorrem até 4 de fevereiro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) e irão contribuir para a futura Lei Europeia dos Produtos, prevista para o terceiro trimestre de 2026. A Comissão convida empresas, consumidores e autoridades a partilhar as suas perspetivas sobre as iniciativas no portal [Dé a sua opinião](#).

Até 6 de fevereiro



Comissão lança consulta pública sobre a Estratégia para os Direitos das Pessoas com Deficiência

A Comissão Europeia iniciou uma consulta pública com o objetivo de recolher contributos sobre o futuro da [Estratégia para os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030](#). A iniciativa pretende identificar formas de reforçar as políticas da União Europeia neste domínio, à luz dos novos desafios e oportunidades que surgiram desde o início da estratégia, incluindo os impactos sociais do pós-pandemia e as transformações tecnológicas em curso.

O processo de consulta visa recolher as opiniões de cidadãos, organizações da sociedade civil e entidades públicas sobre como a UE pode reduzir as barreiras à acessibilidade, promover a inclusão e garantir um apoio mais eficaz às pessoas com deficiência. As contribuições recolhidas irão servir de base para o novo conjunto de ações que a Comissão tenciona apresentar em 2026, no âmbito da Estratégia para os Direitos das Pessoas com Deficiência.

A consulta pública irá decorrer até 6 de fevereiro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas), sendo realizada em linha no portal ["Dé a sua opinião"](#).

Até 11 de março



Comissão apoia projetos de literacia mediática com 3 milhões de euros

A Comissão Europeia abriu um [convite à apresentação de propostas](#), no valor de 3 milhões de euros, destinado a apoiar projetos inovadores que reforcem a literacia mediática e ajudem os cidadãos a navegar de forma crítica e informada no ambiente digital.

As iniciativas poderão decorrer online ou offline e devem tornar o processo de aprendizagem sobre os media mais interativo e envolvente, ao mesmo tempo que ajudam profissionais do setor a adaptar-se a novos formatos e tendências de consumo.

O prazo para apresentação de propostas termina a 11 de março de 2026, e o convite está aberto a parceiros de países participantes no programa [Europa Criativa](#).

**Conselho (Agricultura e Pescas), 17 de novembro de 2025: principais resultados alcançados**

Os Ministros tiveram uma discussão temática sobre a PAC pós-2027, com foco na segurança alimentar e na direcionamento do apoio, bem como na preparação para crises e reservas. Também foram discutidas questões agrícolas relacionadas com o comércio, incluindo relações mais estreitas entre a UE e a Ucrânia.

No setor das pescas, os ministros trocaram pontos de vista sobre as propostas da Comissão relativas às oportunidades de pesca no Atlântico e no Mar do Norte, bem como no Mar Mediterrâneo e no Mar Negro, e destacaram as prioridades dos seus países.

Pode encontrar [aqui](#) informação mais detalhada sobre a reunião.

UE-Mercosul: Conselho apoia regulamento que implementa salvaguardas para produtos agrícolas

A União Europeia reforçou a proteção aos agricultores europeus no contexto do Acordo de Parceria UE-Mercosul ao aprovar, sem alterações, o [regulamento](#) que implementa a cláusula de salvaguarda bilateral para produtos agrícolas. Esta legislação visa garantir que a UE possa suspender temporariamente as preferências tarifárias sobre as importações agrícolas do Mercosul caso estas causem ou ameacem causar prejuízos graves aos produtores europeus.

O regulamento introduz procedimentos mais rápidos e critérios simplificados para ativar medidas de salvaguarda, especialmente para produtos sensíveis como carne bovina, aves, produtos lácteos, açúcar e etanol. De acordo com este regulamento, as investigações sobre aumentos de importações que prejudiquem o mercado agroalimentar europeu poderão ser iniciadas rapidamente a pedido de Estados-Membros ou da indústria, com prazos de conclusão de quatro meses, e medidas provisórias poderão ser implementadas em 21 dias em casos urgentes.

A Comissão acompanhará regularmente as importações de produtos sensíveis identificados e apresentará relatórios semestrais ao Parlamento e ao Conselho sobre a evolução do mercado e qualquer risco de prejuízo para os produtores da UE.

O regulamento aguarda agora a aprovação formal do Parlamento Europeu para entrar em vigor.

Pode saber mais [aqui](#).

Parlamento Europeu aprova acordo para simplificar regras agrícolas e aliviar burocracia na UE

A Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (AGRI) do Parlamento Europeu [aprovou](#) esta semana o [acordo que simplifica os requisitos da Política Agrícola Comum](#) (PAC) da União Europeia. O objetivo do acordo é reduzir burocracia e flexibilizar a aplicação das regras ambientais, respondendo desse modo a uma reivindicação comum aos agricultores de todo o bloco. O acordo de simplificação foi aprovado com 34 a favor, 3 contra e 1 abstenção.

Entre as medidas aprovadas está a manutenção do estatuto de terra arável para parcelas que, a partir de 1 de janeiro de 2026, não tenham sido aradas, com o objetivo de proteger a biodiversidade e poupar custos extraordinários aos produtores. Além disso, o acordo limita a uma única inspeção oficial anual às explorações agrícolas, de modo a combater a duplicidade de controlos e aliviar o trabalho administrativo.

A proposta irá seguir agora para votação em sessão plenária do Parlamento para depois ser submetida à aprovação pelo Conselho, com expectativa de entrada em vigor em 2026 após conclusão deste processo.

Produção de leite na UE atinge 161,8 milhões de toneladas em 2024

De acordo com uma estatística do Eurostat, as explorações agrícolas da União Europeia produziram cerca de 161,8 milhões de toneladas de leite cru em 2024. Este valor representa um aumento de 0,9 milhões de toneladas em relação a 2023 e uma subida de 12,1 milhões de toneladas face a 2014.

Em 2024, a maior parte do leite produzido na UE foi destinado às fábricas de lacticínios para transformar em queijo, manteiga e outros produtos lácteos. Foram usados 59,9 milhões de toneladas de leite gordo e 17,0 milhões de toneladas de leite desnatado para produzir 10,8 milhões de toneladas de queijo, enquanto 44,2 milhões de toneladas de leite gordo serviram para a produção de manteiga e produtos derivados.

A Alemanha destacou-se como o maior produtor de leite de consumo na UE, com 18,8% da produção total, além de liderar na produção de manteiga (20,6%), queijo (22,5%) e produtos lácteos acidificados (27,1%). A Espanha e a França foram os segundos maiores produtores de

leite de consumo, com 15,2% e 12,7%, respetivamente, enquanto os Países Baixos e a Polônia lideraram nas restantes categorias de produtos lácteos.

Pode consultar [aqui](#) a estatística com mais detalhe.



Ambiente

Comissão Europeia investe 600 milhões de euros em projetos para combustíveis alternativos

A Comissão Europeia vai investir mais de 600 milhões de euros em 70 projetos destinados a acelerar a transição para transportes mais sustentáveis em toda a Europa. O financiamento, proveniente do Mecanismo Interligar a Europa, irá apoiar a instalação de infraestruturas de recarregamento e reabastecimento para diferentes modos de transporte, incluindo rodoviário, marítimo e aéreo.

Os projetos abrangem toda a União Europeia, com destaque para 24 portos que serão modernizados com sistemas de fornecimento de energia em terra, equipamentos para abastecimento com amoníaco e outras soluções de baixo carbono. Também serão criados mais de 500 novos locais de carregamento ao longo da rede transeuropeia de transportes (RTE-T), incluindo estações de alta potência para camiões elétricos.

Esta iniciativa insere-se no Mecanismo de Infraestruturas para Combustíveis Alternativos (AFIF), considerado essencial para a estratégia de descarbonização dos transportes da UE e complementar aos regulamentos ReFuelEU Aviation e FuelEU Maritime, que visam reduzir as emissões nos setores da aviação e do transporte marítimo.

Devido ao esgotamento dos fundos disponíveis, a Comissão cancelará o terceiro período de candidaturas e pretende lançar um novo programa de trabalho e um novo convite à apresentação de propostas nos próximos meses.

Conselho da UE adia novas regras sobre rotulagem de produtos químicos para 2028

O Conselho da União Europeia aprovou o adiamento da entrada em vigor das novas regras sobre classificação, rotulagem e embalagem de produtos químicos (Regulamento CLP), agora previstas para 1 de janeiro de 2028. A decisão, denominada “legislação Stop-the-clock”, foi tomada sem alterações à proposta original da Comissão Europeia.

A medida visa aliviar a pressão, especialmente sobre as pequenas e médias empresas que enfrentavam encargos significativos com a aplicação antecipada das novas exigências. As datas inicialmente previstas pelo regulamento revisto em 2024 eram 1 de julho de 2026 e 1 de janeiro de 2027, consoante as disposições.

O adiamento dá mais tempo às empresas para se adaptarem às regras sobre reetiquetagem, formatação, publicidade, vendas em linha e rotulagem de bombas de combustível. Paralelamente, cria margem adicional para que o Parlamento Europeu e o Conselho cheguem a consenso sobre a segunda parte do pacote legislativo “Omnibus VI”, ainda em negociação.

O ato será publicado em breve no Jornal Oficial da União Europeia e entrará em vigor 20 dias após a publicação.

Pode saber mais [aqui](#).

Conselho pronto para iniciar negociações com o Parlamento sobre uma revisão específica do regulamento relativo a produtos isentos de desflorestação

A União Europeia prepara-se para iniciar negociações com o Parlamento sobre uma revisão específica do [regulamento relativo aos produtos isentos de desflorestação \(EUDR\)](#), conforme foi comunicado esta semana pelo Conselho Europeu, que [aprovou o mandato de negociação](#). A revisão visa simplificar a aplicação das regras existentes e adiar a sua entrada em vigor para permitir uma preparação adequada de operadores, comerciantes e autoridades.

O Conselho apoia a simplificação do processo de diligência devida e propõe um adiamento uniforme de um ano na aplicação do regulamento, com a nova data de entrada fixada para 30 de dezembro de 2026, e um período transitório adicional até 30 de junho de 2027 para micro e pequenos operadores. A obrigação de apresentar a declaração de diligência devida recairá apenas sobre os operadores que colocam o produto no mercado pela primeira vez, com medidas simplificadas para pequenos produtores.

Além disso, a Comissão Europeia realizará uma revisão até abril de 2026 para avaliar o impacto da simplificação e os encargos administrativos, podendo propor ajustes legislativos adicionais se necessário. O objetivo é garantir uma implementação harmoniosa que preserve os objetivos ambientais do regulamento, enquanto reduz os encargos para empresas de menor dimensão.

Esta revisão do EUDR surge em resposta às preocupações técnicas e operacionais identificadas e pretende garantir a eficácia do regulamento, cuja aplicação inicial estava prevista para dezembro de 2025.

Mais de 12% dos materiais na UE provêm da reciclagem

Segundo dados apurados pelo Eurostat, em 2024, a União Europeia registou uma taxa de utilização circular de materiais de 12,2%, o valor mais elevado até ao momento e um aumento de 0,1 pontos percentuais face a 2023. Esta taxa indica a proporção de materiais reciclados na utilização total de materiais e que reflete o esforço crescente da UE para aderir a uma economia mais circular.

Países Baixos, Bélgica e Itália lideram esta estatística, com taxas de circularidade de 32,7%, 22,7% e 21,6% respetivamente, enquanto Portugal está entre os que apresentam as taxas mais baixas, com 3,0%. Entre 2015 e 2024, 21 países da UE aumentaram a sua taxa de circularidade, com Malta (+14,0 pp) e Estónia (+9,1 pp) a destacar-se como os maiores progressos.

A taxa de circularidade varia entre tipos de materiais, sendo mais elevada para minérios metálicos (23,4%) e mais baixa para materiais energéticos fósseis (3,8%). A UE pretende duplicar esta taxa até 2030, com o [Plano de Ação para a Economia Circular de 2020](#), que tem por objetivo reduzir a extração de recursos naturais e aumentar a sustentabilidade da produção e consumo.

Pode consultar [aqui](#) a estatística com mais detalhe.

Comissão decide remeter Bulgária, a Lituânia, Portugal e Suécia ao Tribunal de Justiça da União Europeia por não terem reduzido as emissões de poluentes atmosféricos

A Comissão Europeia decidiu remeter Portugal, juntamente com a Bulgária, a Lituânia e a Suécia, ao Tribunal de Justiça da União Europeia por incumprimento das metas obrigatórias de redução de poluentes atmosféricos. Segundo Bruxelas, Portugal não conseguiu diminuir adequadamente as emissões de vários poluentes, em particular o amoníaco, apesar de sucessivos alertas e de já ter recebido notificações formais desde 2023. Esta decisão é tomada ao abrigo da [diretiva \(UE\) 2016/2284](#), que obriga todos os Estados-Membros a adotar medidas para garantir reduções progressivas destas emissões, essenciais para melhorar a qualidade do ar e proteger a saúde pública.

As diretrizes em causa estabelecem limites nacionais anuais e preveem sanções para países que não implementem ações eficazes. De acordo com a Comissão, os esforços nacionais não têm sido suficientes, com dados recentes revelando persistentes incumprimentos.

O caso irá seguir agora para o Tribunal de Justiça da UE, podendo resultar em novas penalizações para Portugal caso não seja cumprida a legislação ambiental comunitária.



Defesa e Segurança

Comissão avança para um novo espaço Schengen militar e transformação da indústria da defesa

A Comissão Europeia apresentou um novo pacote de medidas de mobilidade militar para facilitar o movimento rápido e seguro de tropas e equipamentos em toda a Europa, com vista a criar um verdadeiro espaço “Schengen militar” até 2027. O objetivo é permitir o movimento rápido e seguro de tropas e equipamentos através das fronteiras, mediante regras únicas e processos de autorização com prazo máximo de três dias, além de formalidades aduaneiras simplificadas.

O plano, avaliado em 17,65 mil milhões de euros, inclui o reforço e modernização das infraestruturas de transporte e irá beneficiar simultaneamente a defesa e a economia europeia. Além disso, o plano prevê a criação de corredores prioritários e a identificação de 500 projetos estratégicos. O pacote contempla ainda a implementação de um Sistema Europeu de Resposta Reforçada à Mobilidade Militar para atuar em situações de emergência.

Também na vertente industrial, Bruxelas apresentou um roteiro para acelerar a transformação da indústria de defesa, de modo a incentivar a inovação tecnológica e apoiando startups e PME do setor.

A proposta será agora analisada pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu, num contexto marcado pela guerra na Ucrânia e pelo reforço da prontidão militar europeia.

Pode conhecer [aqui](#) melhor as medidas apresentadas.



Diplomacia e Solidariedade Externa da UE

UE inicia último grupo de negociações de adesão com a Albânia

A União Europeia e a Albânia iniciaram esta semana o último grupo de negociações de adesão, dedicado a recursos, agricultura e coesão. A abertura do chamado “grupo 5” marca uma nova etapa nas conversações de adesão, centrando-se em áreas fundamentais como agricultura e pescas, segurança alimentar e políticas de coesão.

Este avanço conclui a fase de abertura de todos os grupos temáticos definidos pela metodologia revista de 2020. Antes deste, a UE e a Albânia já tinham iniciado as negociações sobre os grupos relativos aos fundamentos, mercado interno, competitividade e crescimento inclusivo, agenda verde e conectividade sustentável, e relações externas.

Durante esta fase, a UE continuará a acompanhar os progressos da Albânia no alinhamento com o acervo comunitário e as normas europeias. Foram também definidos critérios de referência para permitir o encerramento provisório dos capítulos abrangidos por este grupo, que será retomado numa fase posterior das discussões.

O início do grupo 5 representa um passo significativo no processo de adesão da Albânia e reflete o compromisso mútuo em aprofundar a integração europeia dos Balcãs Ocidentais.

UE e o Tajiquistão realizaram a 11.ª reunião do Conselho de Cooperação em Bruxelas

A União Europeia e a República do Tajiquistão realizaram em esta semana, em Bruxelas, a 11.ª reunião do Conselho de Cooperação, presidida pelos ministros dos Negócios Estrangeiros de ambos os lados. Durante o encontro, foram discutidas as relações bilaterais, incluindo desenvolvimentos políticos, socioeconómicos, comércio, investimento, cooperação energética e questões regionais e internacionais.

Ambas as partes destacaram o recente acordo de parceria reforçada assinado em Duchambé, em julho de 2025, que amplia a cooperação a novos domínios. Avaliaram os progressos do Roteiro Conjunto para aprofundar as relações UE-Ásia Central e celebraram a atualização para parceria estratégica definida na Cimeira de Samarcanda, em abril de 2025.

No painel político, a UE incentivou o Tajiquistão a reforçar a proteção dos direitos humanos, o Estado de direito e a boa governação, comentando preocupações específicas sobre a situação dos defensores dos direitos humanos e da sociedade civil. Também foram discutidas questões de segurança regional, incluindo a situação no Afeganistão e a guerra na Ucrânia, com os representantes da UE a apelar ao respeito pelo direito internacional e à cooperação estreita no âmbito das sanções.

O diálogo reafirmou o compromisso da UE em apoiar a agenda de reformas e o desenvolvimento sustentável no Tajiquistão, destacando ainda o papel relevante que o país assume em temas globais como a diplomacia da água e as alterações climáticas.

Pode saber mais sobre os resultados do encontro [aqui](#).

Fiscalidade: Conselho atualiza acordos de cooperação com a Suíça, Liechtenstein, Andorra, Mónaco e São Marinho

UE atualiza acordos fiscais com Suíça, Liechtenstein, Andorra, Mónaco e São Marinho para ampliar cooperação e combater evasão fiscal

O Conselho aprovou esta semana acordos atualizados de cooperação fiscal e transparência da UE com cinco países terceiros: Suíça, Liechtenstein, Andorra, Mónaco e São Marinho.

Os novos protocolos visam reforçar o combate à fraude e evasão fiscais, alinhando-se à Diretiva da UE sobre Cooperação Administrativa (DAC) e às normas da OCDE. Entre outras melhorias, os acordos ampliam as obrigações de diligência e de reporte às autoridades fiscais, permitindo ações mais rápidas e eficazes por parte das administrações tributárias, especialmente na recuperação do IVA e na prevenção de práticas ilícitas.

Os acordos atualizados entrarão agora em vigor em 1 de janeiro de 2026. No entretanto, a UE procurará também aprofundar ainda mais a cooperação em matéria fiscal com a Suíça.

Os acordos atualizados entrarão agora em vigor a 1 de janeiro de 2026. A UE procurará também aprofundar ainda mais a cooperação em matéria fiscal com a Suíça.

Pode saber mais [aqui](#).

UE e África do Sul firmam parceria histórica para comércio e investimento limpos antes da Cimeira do G20

A União Europeia e a África do Sul assinaram uma parceria para o comércio e investimento limpos, acompanhada por um acordo de cooperação sobre cadeias de valor de minerais e metais e diversos projetos no âmbito da Global Gateway, estratégia de investimento externo da União Europeia. Anunciadas pela presidente Ursula von der Leyen, pelo primeiro-ministro António Costa e pelo presidente sul-africano Cyril Ramaphosa, estas iniciativas visam fortalecer cadeias de abastecimento limpas e resilientes, apoiar indústrias estratégicas e acelerar investimentos em hidrogénio verde e matérias-primas essenciais.

A nova Parceria para o Comércio e o Investimento Limpos (CTIP) pretende impulsionar o comércio e a criação de emprego, ao mesmo tempo que apoia a descarbonização e o desenvolvimento sustentável, beneficiando a diversificação das parcerias e o crescimento industrial na África do Sul. O memorando de entendimento sobre cadeias de valor sustentáveis visa desenvolver projetos conjuntos na exploração, extração, refinação e reciclagem de minerais e metais com impacto económico e industrial significativo.

O pacote de investimentos inclui cerca de 12 mil milhões de euros, com destaque para mecanismos de apoio a hidrogénio verde, cadeias de valor de matérias-primas críticas e baterias elétricas. Além disso, a parceria também prevê a concessão de empréstimos para modernização de infraestruturas ferroviárias, portuárias, de oleodutos e para a expansão da produção de vacinas na África do Sul.

O presidente do Conselho emitiu declarações na conferência que procedeu o acordo, que podem ser [aqui](#) consultadas. Pode conhecer melhor a parceria [aqui](#).

UE lidera esforços internacionais por uma governação palestiniana forte e viável

A Comissão Europeia reuniu em Bruxelas o primeiro encontro do Grupo de Doadores para a Palestina (PDG), copresidido pela Comissária para o Mediterrâneo, Dubravka Šuica, e pelo Primeiro-Ministro palestiniano, Mohammad Mustafa. O encontro, que contou com representantes de cerca de 60 países e organizações, marcou um passo concreto do [Programa plurianual e abrangente para apoiar a recuperação e a resiliência da Palestina](#), avaliado em 1,6 mil milhões de euros.

Durante a reunião os participantes analisaram a situação fiscal da Autoridade Palestiniana e os avanços na implementação da sua Agenda de Reformas, que visa melhorar a governação, a economia e os serviços básicos. O debate incluiu também os recentes desenvolvimentos sobre o futuro de Gaza, na sequência da Resolução 2803 do Conselho de Segurança da ONU.

Durante a reunião, a UE e vários Estados-Membros anunciaram novos apoios financeiros totalizando mais de 88 milhões de euros, canalizados através do mecanismo PEGASE (Mecanismo palestino-europeu para a gestão e assistência socioeconómica), criado para garantir

transparência e eficácia no financiamento da Autoridade Palestina. Desde 2008, o PEGASE já mobilizou 3,7 mil milhões de euros em apoio direto ao povo palestino.

Pode saber mais detalhes sobre o encontro [aqui](#).



Economia, Comércio e Concorrência

Comissão apresenta Agenda do Consumidor 2030 para reforçar proteção dos consumidores, competitividade e crescimento sustentável

A Comissão Europeia adotou a [Agenda do Consumidor 2030](#), um plano estratégico para os próximos cinco anos que visa reforçar a proteção dos consumidores, a competitividade e o crescimento sustentável na União Europeia. Com 450 milhões de consumidores no mercado único, que contribuem com mais de 51% do PIB da UE, a agenda busca fortalecer a confiança dos consumidores, garantir clareza jurídica, simplificar processos para as empresas e combater práticas de mercado desleais.

O plano foca-se em quatro áreas prioritárias: concluir o mercado único para os consumidores, com medidas para eliminar barreiras transfronteiriças e melhorar o acesso a serviços financeiros; promover a equidade digital e proteger os consumidores online através de uma futura Lei da Equidade Digital; incentivar o consumo sustentável combatendo o greenwashing e promovendo a reparabilidade; e reforçar a aplicação das leis e a proteção contra produtos inseguros e práticas comerciais desleais, inclusive no comércio eletrónico.

A implementação da agenda será discutida regularmente em cimeiras e fóruns ministeriais, de modo a garantir um acompanhamento contínuo e apoio a Estados-Membros para a execução eficaz das medidas. Esta é uma política que visa adaptar-se às rápidas mudanças do mercado e às necessidades atuais dos consumidores europeus.

Pode conhecer mais detalhes sobre a estratégia [aqui](#).

Comissão Europeia prevê crescimento moderado na economia da UE até 2027

As [previsões económicas de outono de 2025](#) da Comissão Europeia apontam para uma continuação do crescimento da economia da União Europeia, apesar de um contexto global marcado por incertezas comerciais e tensões geopolíticas. Após um desempenho acima do esperado nos três primeiros trimestres do ano, a economia da UE deverá crescer 1,4% em 2025 e 2026, e 1,5% em 2027. Na zona euro, as taxas deverão ser ligeiramente inferiores, situando-se entre 1,2% e 1,4%.

A inflação mantém uma tendência de descida, projetando-se que atinja 2,1% na zona euro em 2025 e estabilize perto da meta de 2% do Banco Central Europeu até 2027. Na UE no seu conjunto, deverá situar-se ligeiramente acima desse valor, em torno de 2,2%. A moderação dos preços reflete o impacto das condições de financiamento favoráveis, da valorização do euro e da redução dos custos de bens não energéticos, apesar das pressões na energia.

O crescimento continuará a ser impulsionado pelo consumo privado e pelo investimento, apoiados por um mercado de trabalho robusto, aumento do poder de compra e execução dos fundos europeus, em particular o Mecanismo de Recuperação e Resiliência. Prevê-se que o emprego cresça moderadamente (0,5% em 2025 e 2026), com a taxa de desemprego a descer para 5,8% até 2027.

Do lado orçamental, a Comissão antecipa um ligeiro agravamento dos défices públicos, de 3,1% do PIB em 2024 para 3,4% em 2027, sobretudo devido ao aumento das despesas com a defesa. Segundo as previsões da Comissão Europeia, o rácio da dívida pública da UE deverá também subir ligeiramente, de 84,5% para 85% do PIB.

Pode obter [aqui](#) mais informações e [aqui](#) sobre a previsão para Portugal.

UE inicia último grupo de negociações de adesão com a Albânia

A União Europeia e a Albânia iniciaram hoje o [último grupo de negociações](#), dedicado a recursos, agricultura e coesão. A abertura do chamado “grupo 5” marca uma nova etapa nas conversações de adesão, centrando-se em áreas fundamentais como agricultura e pescas, segurança alimentar e políticas de coesão.

Este avanço conclui a fase de abertura de todos os grupos temáticos definidos pela metodologia revista de 2020. Antes deste, a UE e a Albânia já tinham iniciado as negociações sobre os grupos relativos aos fundamentos, mercado interno, competitividade e crescimento inclusivo, agenda verde e conectividade sustentável, e relações externas.

Durante esta fase, a UE continuará a acompanhar os progressos da Albânia no alinhamento com o acervo comunitário e as normas europeias. Foram também definidos critérios de referência para permitir o encerramento provisório dos capítulos abrangidos por este grupo, que será retomado numa fase posterior das discussões.

O início do grupo 5 representa um passo significativo no processo de adesão da Albânia e reflete o compromisso mútuo em aprofundar a integração europeia dos Balcãs Ocidentais.

Conselho da UE aprova nova diretiva para reforçar a resolução alternativa de litígios de consumo

O Conselho da União Europeia aprovou uma diretiva que moderniza e simplifica o quadro jurídico da Resolução Alternativa de Litígios (RAL) entre consumidores e comerciantes. O objetivo é tornar estes mecanismos fora dos tribunais mais acessíveis, rápidos e eficazes, especialmente no contexto do mercado digital e das transações internacionais.

A nova legislação incentiva o uso da RAL também em disputas que envolvam obrigações pré-contratuais e litígios entre consumidores da UE e comerciantes de países terceiros. Estabelece ainda que os comerciantes devem responder aos contactos de entidades de RAL no prazo máximo de 20 dias, sob pena de serem considerados como tendo recusado participar no processo.

Entre as principais inovações, a diretiva reforça a cooperação transfronteiriça, simplifica os procedimentos administrativos e reduz encargos tanto para consumidores como para empresas. A Comissão Europeia criará uma ferramenta informática multilingue para facilitar a resolução de litígios em toda a UE.

A proposta ainda será votada pelo Parlamento Europeu em sessão plenária. Depois de adotada, a diretiva entrará em vigor 20 dias após a publicação no Jornal Oficial da União Europeia, devendo ser transposta para as legislações nacionais no prazo de 26 meses. As novas regras passarão a aplicar-se 32 meses após a publicação.

Pode obter [aqui](#) mais informações.

Conselho e Parlamento acordam atualização das regras para instrumentos de medição

O Conselho da UE e o Parlamento Europeu alcançaram um acordo provisório para atualizar a Diretiva dos Instrumentos de Medição, de modo a adaptá-la às exigências das transições ecológica e digital. A revisão alarga o âmbito de aplicação a novos dispositivos, incluindo carregadores de veículos elétricos, distribuidores de gás comprimido e contadores de energia térmica.

As novas regras introduzem requisitos harmonizados para a exibição dos resultados das medições, permitindo o uso de ecrãs remotos ou aplicações móveis, e garantem a compatibilidade com soluções digitais, como contadores inteligentes e plataformas baseadas na nuvem. O texto define ainda critérios técnicos mais rigorosos para dispositivos de conversão de energia e estabelece um erro máximo admissível de 0,05%.

Os Estados-Membros terão 24 meses para transpor a diretiva e as novas regras serão aplicáveis 30 meses após a sua entrada em vigor. Para carregadores elétricos e distribuidores de gás comprimido, será concedido um período de transição de 48 meses, permitindo à indústria adaptar-se. Os certificados nacionais existentes continuarão válidos por até 12 anos.

O acordo aguarda ainda aprovação formal por ambas as instituições e pretende garantir medições mais precisas e compatíveis com as metas de descarbonização e digitalização da União Europeia.

Comissão publica avaliação da Diretiva relativa à cooperação administrativa (DAC)

A Comissão Europeia [publicou](#) a segunda avaliação da Diretiva 2011/16/UE, conhecida como Diretiva relativa à cooperação administrativa no domínio fiscal (DAC), que reforça o cumprimento das obrigações fiscais na União Europeia. A avaliação, que abrange o período de 2018 a 2023, confirma que a DAC é um instrumento legislativo eficaz e flexível, capaz de promover a transparência fiscal e a cooperação entre as autoridades fiscais dos Estados-Membros.

O estudo destaca que, apesar dos encargos administrativos, os benefícios financeiros da diretiva superam largamente os custos, estimando um retorno de aproximadamente 6,8 mil milhões de euros por ano para as receitas fiscais dos países da UE. A troca de informações entre os Estados-Membros aumentou significativamente, ajudando a combater a fraude, evasão e elisão fiscal, além de promover uma tributação justa.

A avaliação identifica ainda áreas a melhorar, como a simplificação da diretiva, a coerência na sua aplicação e o fortalecimento do quadro de sanções. Com a DAC, a UE reforça a cooperação fiscal para garantir que todos os contribuintes paguem sua parte justa, mantendo-se na vanguarda dos esforços internacionais na área fiscal.

Comissão Europeia propõe simplificação das regras para produtos financeiros sustentáveis

A Comissão Europeia apresentou uma proposta para simplificar o [Regulamento relativo à divulgação de informações sobre sustentabilidade no setor financeiro \(SFDR\)](#). O objetivo é tornar as regras mais claras e acessíveis aos investidores, de modo a reduzir a complexidade das divulgações e facilitar a comparação entre produtos financeiros sustentáveis.

A proposta elimina os requisitos atuais de divulgação para muitos participantes do mercado financeiro, focando apenas nos maiores e simplificando as informações exigidas nos produtos financeiros. Isto permitirá às empresas reduzir os custos administrativos e dará aos investidores dados mais relevantes e fáceis de entender.

De acordo com a proposta lançada pela Comissão, será criado um novo sistema de categorização de produtos que fazem alegações ambientais, sociais e de governação (ESG), dividindo-os em três grupos: sustentáveis, em transição e baseados em princípios básicos ESG. Cada produto deverá ter pelo menos 70% dos seus investimentos alinhados com a sua categoria, e excluir atividades prejudiciais como tabaco, armas proibidas e altos níveis de combustíveis fósseis, reforçando a confiança dos investidores e combatendo o greenwashing.

A iniciativa segue agora para deliberação pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, com a expectativa de decisão até o final de 2025.

UE e países do Acordo de Parceria Abrangente e Progressivo de Parceria Transpacífica firmam diálogo estratégico para fortalecer comércio e investimento global

A União Europeia e os doze países membros do Acordo de Parceria Transpacífico Global e Progressivo (CPTPP) lançaram esta semana o primeiro Diálogo sobre Comércio e Investimento UE-CPTPP, reafirmando o compromisso com um comércio aberto, baseado em regras e orientado para resultados concretos. O encontro, foi realizado na Austrália e reuniu blocos que somam 32% do PIB mundial e 37% do comércio global.

O diálogo concentrar-se-á em cinco áreas fundamentais: diversificação do comércio, comércio digital, facilitação do comércio e investimentos, fortalecimento da resiliência das cadeias de abastecimento e reforma do ambiente comercial global, incluindo a Organização Mundial do Comércio. Essa cooperação visa ampliar as oportunidades e fortalecer a estabilidade económica entre as duas regiões.

À margem do evento, o Comissário Europeu para o Comércio, Maroš Šefčovič, reuniu-se com autoridades australianas para acelerar projetos bilaterais, especialmente no setor de minerais críticos, essenciais para a segurança económica europeia. A colaboração entre a UE e a Austrália deverá impulsionar iniciativas concretas, alinhando o alto padrão regulatório com a otimização da capacidade industrial de ambas as partes.

Esta iniciativa integra a estratégia da União Europeia para diversificar mercados e garantir cadeias produtivas resilientes, diante dos desafios globais atuais.

A declaração conjunta da UE e do CPTPP pode ser [aqui](#) consultada.

Despesas das famílias na UE crescem 1,5% em 2024

Segundo uma estatística divulgada pelo Eurostat, em 2024, as despesas de consumo final das famílias na União Europeia aumentaram 1,5%, corrigidas da inflação, representando um crescimento maior do que os 0,4% registados em 2023. As categorias que lideraram este aumento foram as despesas em informação e comunicação, que subiram 5,7%, seguidas de lazer, desporto, cultura e transportes, ambas com um crescimento de 3,0%.

Os gastos com serviços de restauração e alojamento também continuaram a crescer, embora a um ritmo mais lento, de 1,6%. Por outro lado, algumas categorias de produtos registaram diminuições nas despesas, como as bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos, que caíram 2,2%, e o vestuário e calçado, com uma queda de 0,6%, mantendo uma tendência descendente já observada no ano anterior.

Pode consultar [aqui](#) a estatística com mais detalhe.



Energia

Comissão aprova regime de auxílios estatais à Alemanha para compensar empresa pelo encerramento de centrais a lenhite

A Comissão Europeia aprovou uma medida no valor de até 1,75 mil milhões de euros para compensar a empresa alemã Lausitz Energie Kraftwerke AG (LEAG) pelo encerramento antecipado das suas centrais elétricas a lenhite na região da Lusácia, previsto até 2038.

O apoio, autorizado ao abrigo das regras da UE sobre auxílios estatais, irá cobrir os custos adicionais e sociais associados ao fecho das centrais e compensa lucros cessantes. Segundo Bruxelas, a medida é necessária e proporcionada para assegurar a eliminação gradual da produção de eletricidade a partir de carvão, em linha com os objetivos climáticos da Alemanha e da UE.

Na sua análise ao caso, a Comissão considerou que o impacto positivo para o ambiente supera eventuais distorções da concorrência, concluindo que a compensação não excede o mínimo necessário.

Pode saber mais [aqui](#).



Espaço

Satélite europeu-americano Sentinel-6B inicia missão para monitorizar o nível do mar

O novo satélite Copernicus Sentinel-6B, fruto da colaboração entre a União Europeia e os Estados Unidos, foi lançado com sucesso a partir da Base de Vandenberg, na Califórnia. A missão marca um novo passo na observação da Terra e reforça a capacidade da UE de medir com precisão as alterações do nível do mar, num contexto de aceleração do aquecimento global e de temperaturas oceânicas recorde.

Equipado com um altímetro de radar de alta precisão, o Sentinel-6B consegue medir a altura dos oceanos com uma margem de erro inferior a um centímetro. Estes dados serão fundamentais para acompanhar os efeitos das alterações climáticas e apoiar medidas de adaptação em regiões costeiras ameaçadas por inundações, erosão e fenómenos meteorológicos extremos.

A missão é um esforço conjunto da Agência Espacial Europeia (ESA), EUMETSAT (Organização Europeia para a Exploração de Satélites Meteorológicos), NASA, NOAA (Administração Atmosférica e Oceânica dos EUA) e CNES (Centro Nacional para o Estudo do Espaço), e complementa o trabalho do satélite gémeo Sentinel-6A, em operação desde 2020. O novo satélite passará agora por um período de calibração em órbita antes de entrar em serviço operacional completo.

Com este lançamento, o [Sentinel-6B](#) torna-se a quarta missão Copernicus Sentinel bem-sucedida de 2025, consolidando a liderança europeia na monitorização ambiental e na luta contra as alterações climáticas.



Estado de Direito, Democracia e Cidadania

Conselho da UE aprova novas regras para aumentar a transparência dos partidos políticos europeus

O Conselho da União Europeia aprovou o novo regulamento sobre o [Estatuto e o Financiamento dos Partidos Políticos e das Fundações Políticas Europeias \(EUPPF\)](#), com o intuito de reforçar a transparência e a proteção contra interferências estrangeiras no espaço político europeu.

As regras revistas definem um quadro mais claro para as atividades e o financiamento dos partidos e fundações, com o objetivo de aumentar a confiança dos cidadãos da UE e reduzir os encargos administrativos. O texto estabelece novos requisitos de transparência, promove o equilíbrio de género nas estruturas partidárias e assegura maior visibilidade pública das organizações políticas europeias.

No plano financeiro, o regulamento harmoniza os regimes aplicáveis aos partidos e fundações, fixando a taxa de cofinanciamento em 5% para ambos e introduzindo limites às receitas geradas por atividades próprias. Também reforça os mecanismos de controlo contra o risco de influência externa, proibindo contribuições de entidades fora da UE e exigindo declarações de conformidade com os valores europeus.

O novo conjunto de regras foi concebido para proteger os processos democráticos europeus face a tentativas de manipulação e interferência, ao mesmo tempo que apoia a consolidação de uma esfera política europeia mais transparente e participativa.

Após esta aprovação, a legislação será publicada no Jornal Oficial da União Europeia e entrará em vigor 20 dias depois.

Conselho da UE aprova novas regras para acelerar o tratamento de queixas transfronteiriças sobre proteção de dados

O Conselho da União Europeia aprovou uma nova legislação destinada a tornar mais rápida e eficiente a cooperação entre as autoridades nacionais de proteção de dados na aplicação do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD). O objetivo é reduzir a morosidade no tratamento de reclamações transfronteiriças, de modo a reforçar a proteção dos direitos dos cidadãos da UE.

As novas regras harmonizam os critérios de admissibilidade de queixas em todos os Estados-Membros, garantindo maior transparência para os queixosos e assegurando o direito de audição das empresas investigadas. Além disso, as novas regras introduzem um procedimento simplificado para casos de menor complexidade, de modo a evitar encargos administrativos desnecessários.

O regulamento define prazos claros: as investigações deverão ser concluídas em até 15 meses, prorrogáveis por 12 em situações complexas; nos processos simplificados, o prazo máximo será de 12 meses.

Com esta decisão, o Conselho conclui o processo legislativo. O novo regulamento será publicado em breve no Jornal Oficial da União Europeia, entrando em vigor 20 dias após a publicação e aplicando-se 15 meses depois.

Pode consultar mais informações [aqui](#).

Comissão irá analisar iniciativa para proibir práticas de conversão na UE

A Comissão Europeia anunciou esta semana que irá analisar a iniciativa de cidadania europeia intitulada “[Proibição das práticas de conversão na União Europeia](#)”, que reuniu mais de 1,1 milhões de assinaturas validadas em 11 Estados-Membros. Trata-se da 13.ª iniciativa de cidadania a cumprir os critérios formais exigidos pela UE.

Os organizadores da iniciativa apelam à adoção de uma legislação europeia que proíba as chamadas “práticas de conversão”, definidas como intervenções destinadas a alterar, reprimir ou suprimir a orientação sexual, a identidade ou a expressão de género de pessoas LGBTQ+.

De acordo com o [regulamento sobre as iniciativas de cidadania europeia](#), a Comissão dispõe de seis meses para apresentar a sua resposta, indicando eventuais medidas a adotar. Antes disso, a instituição reunirá com os organizadores e o Parlamento Europeu realizará uma audiência pública sobre a proposta.

Comissão Europeia lança pacote Justiça Digital 2030 para modernizar sistemas judiciais

A Comissão Europeia apresentou o [pacote Justiça Digital 2030](#), uma iniciativa que visa modernizar e digitalizar os sistemas judiciais em toda a União Europeia. A estratégia pretende fornecer ferramentas avançadas, incluindo inteligência artificial, para aumentar a eficiência, reduzir custos e melhorar o acesso à justiça para cidadãos, empresas e profissionais do direito.

O pacote inclui duas estratégias principais: a [Estratégia Justiça Digital@2030](#), com 14 medidas concretas para promover a digitalização e a cooperação transfronteiriça, e a [Estratégia Europeia de Formação Judiciária 2025-2030](#), que procura garantir que juízes, procuradores e outros profissionais do Direito estejam preparados para usar as novas tecnologias. Entre as ações estão o intercâmbio de boas práticas, o desenvolvimento de ferramentas digitais comuns e a promoção do Espaço Europeu de Dados Jurídicos.

Além disso, o pacote Justiça Digital 2030 irá complementar o Regulamento de Digitalização adotado em 2023, acelerando o processo de digitalização dos procedimentos judiciais para aumentar a competitividade e o crescimento económico da União.

Esta iniciativa é também parte integrante do Programa Político da [Década Digital da UE](#), que pretende digitalizar todos os serviços públicos até 2030.

Pode conhecer [aqui](#) mais detalhes sobre o pacote apresentado.

Violações dos direitos humanos na Rússia: UE impõe sanções a mais dez indivíduos

A União Europeia impôs sanções a mais dez indivíduos na Rússia por violações graves dos direitos humanos, incluindo repressão à sociedade civil e à oposição democrática, bem como maus-tratos a presos, incluindo prisioneiros de guerra ucranianos. Os indivíduos visados incluem altos funcionários do Serviço Penitenciário Federal na região de Rostov e membros do sistema judicial russo relacionados à perseguição de ativistas e jornalistas.

As medidas rígidas incluem o congelamento de bens, proibição de viajar para a UE e restrições ao acesso a fundos europeus, a fim de pressionar o regime russo a cessar prática de ações repressivas. A decisão faz parte de uma estratégia contínua da UE de responsabilizar quem viola os direitos humanos na Rússia, em resposta às ações do governo e às violações de direitos civis e políticos, especialmente após a invasão da Ucrânia.

Pode obter [aqui](#) mais informações.

Comissão insta os Estados-Membros a transporem diretivas para a sua legislação interna

A Comissão Europeia lançou uma nova ronda de medidas para garantir que todas as diretivas europeias são implementadas por igual nos Estados-Membros, com especial incidência em áreas estratégicas como energia e serviços financeiros. O processo envolve o envio de cartas de notificação formal a vários países, incluindo Portugal, por não terem comunicado atempadamente as medidas nacionais necessárias para a transposição integral de três diretivas fundamentais. Os Estados-Membros dispõem agora de dois meses para responder à Comissão e harmonizar a sua legislação interna, sob pena de avançarem para a etapa seguinte do processo de infração, que pode incluir pareceres fundamentados e eventual ação judicial.

Entre as diretivas em causa está a nova legislação da eficiência energética ([Diretiva EU 2023/1791](#)), que estabelece metas vinculativas de redução do consumo de energia e exige que o setor público lidere pelo exemplo. No âmbito das energias renováveis, Portugal está também entre os países instados a transpor para o direito nacional a lista atualizada de matérias-primas para biocombustíveis e biogás, presentes na [diretiva UE \(2018/2001\)](#). No setor financeiro, a Comissão requer a transposição completa das alterações às regras dos mercados de instrumentos financeiros, presentes na [diretiva \(UE\) 2024/790 relativa aos mercados de instrumento financeiros](#).

Portugal está particularmente envolvido nestas decisões, sendo regularmente referido pela Comissão Europeia como um dos Estados-Membros com maior défice de transposição, apesar de ter assumido o compromisso de acelerar este processo.

Pode saber [aqui](#) mais detalhes sobre cada caso de incumprimento da diretivas.



Comissário para a Habitação e Energia saúda recomendações apresentadas para enfrentar a crise habitacional na UE

O comissário europeu para a Energia e Habitação, Dan Jørgensen, recebeu com satisfação as recomendações elaboradas pelo Conselho Consultivo para a Habitação, um grupo de 15 peritos independentes nomeados para orientar a Comissão Europeia na criação do Plano Europeu para a Habitação Acessível. O Conselho, presidido pelo ex-ministro irlandês Eamon Ryan, apresentou sugestões políticas abrangendo temas como habitação social, sustentabilidade, planeamento urbano, construção moderna e financiamento.

O Conselho Consultivo para a Habitação foi [instituído em junho de 2026](#) para um mandato de um ano, com papel consultivo contínuo até junho de 2027 e irá acompanhar a implementação do Plano Europeu para a Habitação Sustentável.

Pode consultar [aqui](#) as recomendações elaboradas pelo grupo de especialistas.



Igualdade de género, LGBTIQ, Inclusão social e Migrações

Comissão Europeia propõe pensão complementar automática para reforçar segurança financeira na reforma

A Comissão Europeia apresentou um pacote inovador de medidas destinadas a assegurar rendimentos mais sólidos para os europeus durante a reforma, propondo o reforço dos sistemas de pensão complementar com mecanismos de inscrição automática e maior acompanhamento dos direitos dos trabalhadores. O objetivo é complementar as pensões públicas, que por vezes são insuficientes para manter um padrão de vida adequado, especialmente em grupos mais vulneráveis, como mulheres e pessoas com baixos rendimentos.

Entre as novidades, destaca-se a possibilidade de todos os trabalhadores serem inscritos automaticamente em regimes complementares de pensões, podendo optar por sair se assim desejarem, numa medida inspirada em exemplos internacionais bem-sucedidos. O novo quadro também reforça a transparência e o acesso à informação através de sistemas de monitorização nacionais e europeus, facilitando aos cidadãos a compreensão e planeamento dos seus rendimentos futuros.

As medidas incluem ainda a modernização das regras para pensões profissionais e produtos pan-europeus, tornando-os mais acessíveis, competitivos e transparentes, além de promoverem investimentos de longo prazo no mercado europeu. A Comissão garante o respeito pelas competências de cada Estado-membro na definição dos sistemas de pensão e defende que estas propostas serão essenciais para responder ao envelhecimento demográfico e à necessidade de fortalecer a poupança a longo prazo.

O pacote segue agora para análise e negociação entre o Parlamento Europeu e o Conselho, prometendo impulsionar não apenas a segurança financeira na reforma, mas também o crescimento económico sustentável da União Europeia.

Pode saber mais [aqui](#).

Dia Europeu da Igualdade Salarial

O Dia da Igualdade Salarial foi celebrado em 17 de novembro este ano – esta data marca o dia a partir do qual as mulheres na UE simbolicamente começam a 'trabalhar de graça' até ao final do ano.

Pode consultar [aqui](#) a declaração da Vice-Presidente Executiva Mînzatu e da Comissária Lahbib a respeito da evocação do Dia Europeu da Igualdade Salarial.

Pedidos de asilo diminuem na UE em agosto, mas aumentam as rerepresentações

Os pedidos de asilo na União Europeia diminuíram em agosto de 2025, após vários meses de números elevados. Segundo dados recentes publicados pelo Eurostat, 51 465 cidadãos de países fora da UE solicitaram proteção internacional pela primeira vez, o que representa uma redução de 27% face a agosto de 2024 e de 7% em relação a julho deste ano.

Em contrapartida, o número de requerentes subsequentes (pessoas que voltam a pedir asilo após uma decisão favorável anterior) cresceu de forma acentuada, atingindo 13 780, um aumento de 117% em comparação com o mesmo mês do ano passado.

Os afgãos continuaram a ser o principal grupo de requerentes pela primeira vez (5 260), seguidos por venezuelanos (5 180), sírios (2 825) e bangladeshis (2 785). França, Itália, Espanha e Alemanha concentraram 68% do total de novos pedidos. Em proporção à população, a Grécia registou a maior taxa de requerentes (65,2 por 100 mil habitantes), seguida de Chipre (23,9/100 hab.) e Bélgica (20,2/100 hab.).

O relatório destaca ainda 1 840 pedidos de asilo apresentados por menores não acompanhados, com origem sobretudo no Egito, Afeganistão, Somália e Eritreia. A Grécia, os Países Baixos e a Alemanha foram os principais destinos desses jovens.

Pode consultar [aqui](#) a estatística com mais detalhe.

Painel de Cidadãos Europeus apresenta recomendações sobre equidade intergeracional

O [Painel de Cidadãos Europeus sobre Equidade Intergeracional](#) entregou à Comissão Europeia o seu conjunto final de recomendações, que servirá de base para a primeira Estratégia da UE sobre Equidade Intergeracional. O documento apela à criação de políticas justas e sustentáveis, centradas no impacto a longo prazo das decisões políticas nas gerações futuras.

Entre as propostas, destaca-se a importância de promover a aprendizagem ao longo da vida, o reforço dos laços culturais e nacionais e o fortalecimento da identidade europeia como fatores essenciais para comunidades mais coesas, seguras e prósperas.

As recomendações foram recebidas pelo comissário Glenn Micallef, responsável pela pasta da Equidade Intergeracional, Juventude, Cultura e Desporto, que destacou o compromisso da Comissão em transformar as ideias dos cidadãos em ações concretas.

Os contributos do painel e das discussões públicas na Plataforma de Participação dos Cidadãos serão integrados na futura Estratégia sobre Equidade Intergeracional, que tem por objetivo reforçar o envolvimento direto da sociedade civil na formulação de políticas da UE.

Mais de 64% das prestações sociais foram pagas em dinheiro em 2023

De acordo com uma estatística do Eurostat, em 2023 a despesa com prestações de proteção social na União Europeia totalizou 4,6 biliões de euros. Do valor total pago, 64,7% das prestações foram pagas em dinheiro, enquanto 35,3% assumiram a forma de serviços ou prestações em espécie.

As pensões de velhice e sobrevivência concentraram quase metade da despesa (46,9%), seguindo-se as prestações por doença e cuidados de saúde (29,6%) e os apoios familiares e infantis (8,7%). Também se destacaram os apoios por invalidez (7,1%) e por desemprego (3,9%), revelando o papel decisivo dos sistemas de proteção social na atenuação das desigualdades económicas e sociais na Europa.

Entre os Estados-Membros, Itália, Grécia e Polónia apresentaram as maiores proporções de prestações pagas em dinheiro. Já Suécia, Irlanda e Malta registaram percentagens mais elevadas de prestações em espécie, como serviços de saúde ou apoio social.

Pode consultar [aqui](#) a estatística com mais detalhe.

Conselho da UE reforça regras para suspensão da isenção de visto a países terceiros

O Conselho da União Europeia aprovou novas regras que atualizam o mecanismo de suspensão da isenção de visto para cidadãos de países terceiros que viajam para o espaço Schengen. As alterações visam permitir à UE responder de forma mais rápida e eficaz a situações de abuso do regime de isenção ou a riscos para os seus interesses e segurança.

De acordo com as mudanças propostas, passarão a existir novos motivos para suspender o regime de isenção. A medida poderá ser acionada quando um país terceiro não alinhar a sua política de vistos com a da UE, adotar programas de cidadania por investimento que concedam passaportes sem vínculos reais ao país ou quando houver deterioração das relações políticas, incluindo violações de direitos humanos.

O novo regulamento também reduz o limiar para acionar o mecanismo de 50% para 30% em casos de aumento de recusas de entrada, permanências ilegais ou pedidos de asilo. A suspensão inicial da isenção de visto passa a durar até 12 meses, prorrogáveis por mais 24 meses, período durante o qual a UE poderá negociar soluções com o país afetado antes de uma eventual revogação definitiva.

Outra novidade é a possibilidade de aplicar suspensões de forma seletiva, dirigidas a funcionários governamentais e diplomatas, evitando afetar todos os cidadãos do país em causa.

O regulamento entrará em vigor 20 dias após a sua publicação no Jornal Oficial da União Europeia e será aplicado diretamente em todos os Estados-Membros.

Pode saber mais [aqui](#).

Comissão Europeia anuncia finalistas do Prémio Cidade Acessível 2026

A Comissão Europeia revelou esta semana as cinco cidades finalistas do [Prémio Cidade Acessível 2026](#): Piacenza (Itália), Rennes (França), Salzburgo (Áustria), Valência e Saragoça (Espanha). As cidades nomeadas destacaram-se pelo compromisso contínuo em melhorar a acessibilidade urbana para pessoas com deficiência, abrangendo espaços públicos, transportes, serviços e tecnologias digitais.

Nesta 16.ª edição, 51 cidades apresentaram candidatura, das quais 18 foram pré-selecionadas a nível nacional antes da escolha dos finalistas por um júri europeu. Este ano, será feita uma menção especial a iniciativas ligadas à acessibilidade na habitação, em reconhecimento dos atuais desafios que as cidades europeias enfrentam.

Os vencedores serão anunciados a 5 de dezembro de 2025, durante a [conferência do Dia Europeu das Pessoas com Deficiência](#), organizada pela Comissão Europeia e pelo Fórum Europeu da Deficiência. A cerimónia será transmitida ao vivo com serviços de acessibilidade inclusivos.



Comissão institui medidas de salvaguarda definitivas sobre certas ferroligas

A Comissão Europeia anunciou a imposição de medidas de salvaguarda definitivas sobre importações de certas ferroligas, com o objetivo de proteger a indústria europeia do setor. A decisão de impor medidas definitivas surge na sequência de um inquérito de salvaguarda iniciado em dezembro de 2024, que concluiu que o afluxo destas importações para a UE está a causar um prejuízo grave à indústria de ferro-ligas sediada na UE.

As novas regras estabelecem limites específicos de produção por país e tipo de ferro-liga, de modo a limitar o volume isento de direitos aduaneiros. Segundo a nova legislação, importações acima desses limites apenas irão beneficiar de isenção se o preço superar um limiar definido. Caso contrário, será aplicada uma tarifa equivalente à diferença entre o preço de entrada e o limiar definido.

No seu comunicado de imprensa, a Comissão assegurou que as novas medidas impostas são compatíveis com os compromissos da EU no âmbito dos acordos comerciais bilaterais e regionais com países terceiros.

As medidas estarão em vigor por um período de três anos, expirando em 17 de novembro de 2028.

Pode conhecer melhor as novas medidas [aqui](#).



Orçamento da UE para 2026: Conselho e Parlamento chegam a acordo

O Conselho e o Parlamento Europeu acordaram o orçamento anual da UE para 2026. O orçamento do próximo ano irá concentrar-se na execução das prioridades da União e no enfrentamento de desafios contínuos. Vai reforçar a competitividade, fortalecer a prontidão e a preparação da defesa europeia, fornecer apoio à assistência humanitária e lidar com as pressões migratórias.

Ao mesmo tempo, o orçamento garante a flexibilidade para reagir rápida e eficazmente a necessidades e crises imprevistas.

O orçamento de 2026 totaliza 192,8 mil milhões de euros em compromissos totais e 190,1 mil milhões de euros em pagamentos totais. Foram mantidos disponíveis 715,7 milhões de euros este ano, dentro dos tetos de despesa do atual quadro financeiro plurianual para 2021-2027, permitindo à UE reagir a necessidades imprevisíveis.

Pode encontrar mais detalhes deste acordo [aqui](#).

O Parlamento Europeu e o Conselho têm agora 14 dias (contados a partir de 15 de novembro) para aprovar formalmente o acordo alcançado. Espera-se que o Conselho o endosse a 24 de novembro. A adoção do orçamento requer uma maioria qualificada dentro do Conselho.

Discurso do Presidente do Conselho no 30.º aniversário da adesão da Áustria, Finlândia e Suécia à EU

O Presidente do Conselho Europeu, António Costa, proferiu um discurso a propósito das comemorações do 30º aniversário da adesão da Áustria, Finlândia e Suécia à União Europeia.

Pode consultar [aqui](#) o discurso na íntegra.

Paschal Donohoe deixa Eurogrupo para assumir cargo no Banco Mundial

O presidente do Eurogrupo e ministro das Finanças da Irlanda, Paschal Donohoe, apresentou a demissão para assumir a direção executiva do Banco Mundial, com sede em Washington. A saída, oficializada esta terça-feira, ocorreu poucos meses após Donohoe ter sido reconduzido para um novo mandato à frente do Eurogrupo, cargo que ocupava desde 2020 e para o qual tinha sido recentemente reeleito.

Donohoe justificou a saída do Eurogrupo com a importância de enfrentar os grandes desafios económicos atuais e manifestou a sua intenção de contribuir para a missão global do Banco Mundial, orientada para o combate à pobreza e a promoção da prosperidade em mercados emergentes.

O ministro cipriota Makis Keravnos irá assumir interinamente a liderança do Eurogrupo, enquanto se inicia o processo para eleger o próximo presidente, decisão que deverá ser tomada nas próximas semanas entre os ministros das Finanças da Zona Euro.

Pode conhecer mais detalhes [aqui](#).

Comissão Europeia adota procedimentos de infração de novembro

Para ajudar os cidadãos e as empresas a beneficiarem plenamente da legislação da União Europeia, a Comissão mantém um diálogo constante com os Estados-Membros que visa assegurar o cumprimento do direito da UE. Em caso de incumprimento, a Comissão pode iniciar procedimentos de infração contra os Estados-Membros.

As decisões tomadas no âmbito do pacote de procedimentos de infração de novembro incluem 20 notificações para cumprir e vários pareceres fundamentados. A Comissão decidiu igualmente instaurar seis ações no Tribunal de Justiça da União Europeia e encerrar 95 procedimentos nos quais os Estados-Membros em causa, em cooperação com a Comissão, puseram termo à infração e garantiram o cumprimento do direito da UE. As decisões e os comunicados de imprensa correspondentes [estão disponíveis para consulta](#).

A Comissão Europeia está também a tomar medidas contra vários Estados-Membros da UE que não comunicaram à Comissão as medidas de transposição das diretivas da UE para o seu direito nacional. A Comissão decidiu enviar notificações para cumprir a estes Estados-Membros, concedendo-lhes um prazo de dois meses para responderem e concluírem a transposição das diretivas. Os Estados-Membros em questão não transpuseram integralmente três diretivas da UE relacionadas com a estabilidade financeira e a energia.

Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#).



Mais de 540 mil autorizações de residência emitidas a menores na UE em 2024

De acordo com uma estatística publicada pelo Eurostat, em 2024, a União Europeia emitiu 540 445 primeiras autorizações de residência a menores de países terceiros, o que destaca um forte volume de menores autorizados a residir no bloco. A maioria dessas autorizações (66%) foi emitida por motivos de constituição e reagrupamento familiar, enquanto 30% referem-se a outros motivos como proteção internacional e 4% a motivos relacionados com a educação.

Os maiores números absolutos foram registados na Alemanha, com 138 692 autorizações (26% do total), seguida pela Espanha, com 107 828 (20% do total) e Itália, com 60 125 (11% do total). Em termos relativos, Malta, Chipre e Luxemburgo lideraram, com o maior número por 100 000 habitantes menores de 18 anos.

Quanto à distribuição por origem, 37% dos menores autorizados são de países asiáticos, 27% de países europeus não pertencentes à UE, 21% de países africanos, 11% da América Latina e Caribe, e 2% da América do Norte. Os países com maior representação nas autorizações de residência emitidas foram a Síria (12%), Marrocos (7%) e Ucrânia (6%).

Pode consultar [aqui](#) os dados concretos de cada Estado-membro.



Mar e Pescas

Desembarques de peixe na União Europeia atingiram 5,5 mil milhões de euros em 2024

Uma estatística publicada esta semana pelo Eurostat revelou que no ano de 2024, o setor da pesca na União Europeia registou um valor total de desembarques de 5,5 mil milhões de euros, o que corresponde a aproximadamente 3,2 milhões de toneladas de peixe capturado. Essas capturas foram realizadas em sete zonas marítimas distintas.

A Espanha destacou-se como principal país em valor, representando 30% do total de desembarques de peixe, seguida pela França com 16% e Dinamarca com 13%. Em termos de volume, as mesmas nações lideraram a captura, com a frota espanhola responsável por 21% do peso total, diante de França (15%) e Dinamarca (14%).

A estatística também revela que a maior parte das capturas da UE ocorreu na região do Atlântico Nordeste. Entre as espécies mais pescadas nesta zona estão o arenque (19%), o verdinho (17%), a espadilha (13%) e a sarda (10%).

Outras áreas importantes para a pesca incluem o Mediterrâneo e o Mar Negro, que contribuíram com 9% das capturas de peixe em 2024, principalmente de sardinha e anchova. A zona do Atlântico Centro-Oriental foi responsável por 7%, destacando-se as capturas de atum albacora e carapau, que representam, respetivamente, 27% e 25% do total nesta região.

A zona do Oceano Índico Ocidental contribuiu com 6%, principalmente com diferentes espécies de atum, enquanto a região do Atlântico Sudoeste respondeu por 5%, com destaque para pescada e lula. Os restantes 2% das capturas vieram de outras áreas do Atlântico, tanto no noroeste quanto no sudeste.

Pode consultar [aqui](#) a estatística com mais detalhe.



Mobilidade

Comissão Europeia saúda acordo sobre novas regras para otimizar a capacidade ferroviária

A Comissão Europeia emitiu uma nota de satisfação com o acordo político alcançado entre o Parlamento e o Conselho sobre o [novo regulamento destinado a otimizar a utilização da infraestrutura ferroviária na União Europeia](#). O objetivo é melhorar a coordenação transfronteiriça, aumentar a pontualidade e a fiabilidade dos serviços e, assim, atrair mais passageiros e mercadorias para o transporte ferroviário.

Com as novas regras, espera-se uma melhor utilização da capacidade das linhas, incluindo a nível internacional, que permita serviços mais frequentes e eficientes. Após a adoção formal pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, o regulamento entrará em vigor 20 dias após a sua publicação no Jornal Oficial da UE. O primeiro calendário operacional está previsto para dezembro de 2030.

Atualmente, a gestão da capacidade é decidida anualmente e de forma manual, o que dificulta o tráfego transfronteiriço, especialmente no transporte de mercadorias. A nova abordagem harmonizada pretende reduzir atrasos nas fronteiras e reforçar o mercado único. As medidas contidas no novo regulamento complementam o plano europeu para o desenvolvimento de uma rede ferroviária de alta velocidade mais integrada e eficiente.



Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034

Conselho (Assuntos Gerais), 17 de novembro de 2025: principais resultados alcançados

O Conselho preparou o Conselho Europeu de dezembro de 2025 e discutiu o novo QFP 2028-2034.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre a discussão travada nesta reunião do Conselho sobre o novo QFP 2028-2034.



Presidente do Governo Regional reforça compromisso dos Açores com a posição conjunta das Regiões Ultraperiféricas

O Presidente do Governo Regional dos Açores, José Manuel Bolieiro, [participou](#) esta semana, em Bruxelas, no evento que assinalou o 30.º aniversário da [Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas](#) (CPRUP). O encontro decorreu num momento crucial, em que estão em discussão as bases do próximo [Quadro Financeiro Plurianual \(QFP\) da União Europeia para 2028-2034](#).

A reunião centrou-se na preparação das negociações europeias e na defesa do artigo 349.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, que reconhece as especificidades das regiões ultraperiféricas.

O ponto alto do evento foi a assinatura da Declaração dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas relativa ao QFP 2028-2034, documento que alerta para possíveis retrocessos no apoio a estas regiões e apela a uma política europeia mais equilibrada e adaptada às suas particularidades.

José Manuel Bolieiro sublinhou a importância da união das RUP na defesa dos seus interesses, afirmando que “as Regiões Ultraperiféricas não são um pormenor menor da União Europeia (...) fazemos parte da solução e queremos que isso fique claramente expresso no próximo quadro financeiro”. O Presidente do Governo destacou ainda a relevância de cumprir o quadro jurídico que protege os territórios ultraperiféricos, lembrando que o artigo 349.º “não é um privilégio, mas um instrumento de justiça territorial”.

Durante a sua intervenção, o líder do Governo Regional dos Açores enfatizou também o contributo estratégico das RUP em domínios essenciais para o futuro da Europa, como a biodiversidade, a transição energética e a economia azul. “Se a Europa reconhece que temos responsabilidades únicas, essas responsabilidades devem ser acompanhadas dos recursos adequados. A sustentabilidade das Regiões Ultraperiféricas é indissociável da sustentabilidade europeia”, afirmou.

A Declaração agora assinada, subscrita pelas nove Regiões Ultraperiféricas, será apresentada à Comissão Europeia, ao Parlamento Europeu e aos Estados-Membros como posição formal no contexto das negociações do próximo QFP. O documento insiste na necessidade de garantir financiamento adequado, instrumentos específicos e taxas de cofinanciamento que tenham em conta os custos estruturais e as limitações permanentes destas regiões.

Vice-Presidente do Governo Regional destaca papel estratégico dos Açores na segurança e conectividade digital da UE

O Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores, Artur Lima, defendeu esta semana, em Bruxelas, a relevância estratégica do arquipélago para a segurança, a conectividade e o desenvolvimento tecnológico da União Europeia. A intervenção ocorreu no Fórum de Alto Nível para as Regiões Ultraperiféricas, um evento promovido pela Comissão Europeia, que reuniu as Regiões Ultraperiféricas (RUP), Estados-Membros e altos representantes das instituições da União Europeia.

No seu discurso, o Vice-Presidente do Governo Regional sublinhou que as RUP “dão dimensão marítima à União Europeia” e que, ao contrário do continente, dispõem de “duas ferrovias: o mar e o ar”, razão pela qual necessitam de um apoio específico aos transportes marítimos e aéreos. Artur Lima destacou ainda a importância dos Açores para a conectividade digital europeia, com a futura amarração dos cabos submarinos NUVEM e SOL, da Google, que reforçarão as comunicações transatlânticas e a segurança digital da União.

Lembrando o papel histórico da região na paz e segurança da Europa, o Vice-Presidente do Governo Regional afirmou que os Açores continuarão a ser um ponto vital para a soberania e estabilidade europeias.

Para além da questão da conectividade das Regiões Ultraperiféricas, no Fórum foi também abordada a aplicação do artigo 349º do Tratado de Funcionamento da União Europeia e o reforço da coordenação entre as políticas europeias, nacionais e regionais para impulsionar o desenvolvimento socioeconómico das RUP.

Pode saber [aqui](#) mais sobre a participação do Vice-Presidente do Governo Regional no evento.

Presidente do Governo Regional dos Açores enaltece apoio político do Parlamento Europeu às RUP em momento decisivo

O Presidente do Governo Regional dos Açores, José Manuel Bolieiro, reuniu esta semana com a Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, num encontro crucial no contexto das negociações do próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP). O encontro, que também contou com a presença do Presidente do Governo da Madeira, Miguel Albuquerque, marcou o final de uma visita de três dias dedicada à defesa das Regiões Ultraperiféricas (RUP).

Durante a reunião em Bruxelas, reforçou-se a posição conjunta das nove RUP para garantir que as suas especificidades permanentes são plenamente consideradas no processo negocial. O Presidente do Governo Regional destacou a “grande disponibilidade e motivação política” do Parlamento Europeu na defesa das RUP, sublinhando que Roberta Metsola comprehende bem os desafios destes territórios.

O encontro reforçou também a necessidade de aplicação plena do artigo 349.º do Tratado sobre o Funcionamento da UE, que reconhece as particularidades das RUP e estabelece mecanismos de compensação adequados, salientando que este artigo é tanto uma norma jurídica como uma garantia política essencial.

Este movimento surge numa altura em que a defesa das RUP ganha especial importância devido aos potenciais impactos dos ajustamentos financeiros na próxima fase do QFP. No balanço que realizou após a visita, José Manuel Bolieiro considera que a visita contribuiu decisivamente para fortalecer a voz das RUP num debate europeu que será exigente, mas essencial para o futuro destes territórios.

Pode saber mais detalhes sobre a reunião do Presidente do Governo Regional [aqui](#).



Saúde

UE destinou 10% do PIB à saúde em 2023

De acordo com dados recentemente publicados pelo Eurostat, em 2023, a União Europeia investiu 1 720 mil milhões de euros em cuidados de saúde, valor equivalente a 10% do produto interno bruto (PIB) do bloco. O montante confirma a tendência de crescimento da despesa na última década: entre 2014 e 2023, o gasto médio por pessoa aumentou 43,7%, passando de 2 668 para 3 835 euros.

A Alemanha destacou-se como o maior investidor em saúde, com 492 mil milhões de euros, seguida pela França (325 mil milhões), Itália (179 mil milhões) e Espanha (138 mil milhões). Em proporção ao PIB, a Alemanha também liderou, com 11,7%, à frente de França (11,5%) e de Áustria e Suécia, ambas com 11,2%.

Nos países com menor peso relativo das despesas em saúde, Luxemburgo e Roménia registaram 5,7% do PIB, seguidos por Hungria (6,4%) e Irlanda (6,6%), uma diferença que evidencia as disparidades no investimento em cuidados de saúde entre Estados-Membros.

A análise da última década mostra aumentos em todos os países da UE, com os progressos mais acentuados a serem registados na Europa de Leste. A Roménia apresentou o maior crescimento nas despesas por habitante (155,6%), enquanto a Bulgária, Lituânia e Letónia também duplicaram os seus níveis de investimento na saúde.

Pode consultar [aqui](#) a estatística com mais detalhe.

Comissão aprova primeiro tratamento para doença pulmonar crónica grave

A Comissão Europeia autorizou a introdução no mercado do medicamento *brensocatib*, o primeiro tratamento específico para bronquiectasia não fibrocística (NCFB), uma doença pulmonar crónica e progressiva que afeta entre 400 mil e três milhões de pessoas na União Europeia. A autorização aplica-se a doentes com 12 ou mais anos de idade.

A NCFB provoca danos nas vias respiratórias, inflamação e disfunção pulmonar grave, podendo causar tosse crónica e obstrução do fluxo aéreo. Até agora, não existiam terapias aprovadas que atuassem diretamente sobre esta doença, o que faz do *brensocatib* um avanço clínico significativo.

A decisão da Comissão baseia-se na [avaliação científica positiva da Agência Europeia de Medicamentos \(EMA\)](#). O medicamento será sujeito a receita médica e inclui advertências específicas, como a contra-indicação durante a gravidez.

Taxa de vacinação de idosos cai para 47,1% em 2023

Segundo uma estatística publicada pelo Eurostat, em 2023, a taxa de vacinação contra a gripe entre pessoas com 65 anos ou mais na União Europeia caiu para 47,1%, em comparação com 48,4% no ano anterior. A Dinamarca registou a maior taxa, com 77,5%, seguida da Irlanda (75,7%) e Portugal (71,8%), que se destaca como o terceiro país com maior cobertura vacinal para idosos. Em contrapartida, Polónia, Eslováquia e Bulgária apresentaram as taxas mais baixas.

Enquanto a Bulgária teve o aumento mais significativo nas taxas de vacinação (+46,2%), Chipre, Suécia e Estónia sofreram os maiores declínios. Historicamente, a taxa mais alta de vacinação de idosos na União Europeia foi de 52,4% em 2009, enquanto o ponto mais baixo foi registrado em 2015 (39,9%).

Pode consultar [aqui](#) a estatística com mais detalhe.



Tecnologia e Informática

Comissão abre investigações de mercado sobre serviços de computação em nuvem ao abrigo da Lei dos Mercados Digitais

A Comissão Europeia abriu três investigações de mercado sobre serviços de computação em nuvem ao abrigo da [Lei de Mercados Digitais \(DMA\)](#). Duas dessas investigações irão avaliar se a Amazon e a Microsoft atuam como gatekeepers no mercado da computação de dados, ou seja, se atuam como portas de entrada entre empresas e consumidores, apesar de não cumprirem com os limites definidos pela DMA em termos de dimensão, número de utilizadores e posição no mercado. A terceira investigação levada a cabo pela Comissão irá avaliar se a DMA pode combater de forma eficaz práticas que possam limitar a competitividade e a equidade no setor da computação em nuvem na UE. A

investigação abrangerá, por exemplo, os obstáculos à interoperabilidade entre serviços de computação em nuvem, o acesso limitado ou condicionado dos utilizadores empresariais aos dados, a vinculação e agregação de serviços e as cláusulas contratuais potencialmente desequilibradas.

Se a investigação da Comissão concluir que a Microsoft Azure e a Amazon Web Services se qualificam como portas de acesso importantes ao abrigo da DMA, os serviços de computação em nuvem serão adicionados à lista de serviços de plataforma essenciais para os quais a Amazon e a Microsoft já foram designadas como gatekeepers.

Estas investigações irão contribuir para a elaboração de um relatório final, a ser publicado dentro dos próximos 18 meses, que poderá propor a atualização das obrigações da DMA no que diz respeito à computação em nuvem.

Pode obter [aqui](#) mais informação sobre as investigações em curso.

Comissão Europeia propõe pacote digital para simplificar regras, reduzir custos e acelerar inovação empresarial na UE

A Comissão Europeia [apresentou](#) um novo pacote digital para simplificar as regras digitais na União Europeia e lançar as Carteiras Digitais Europeias, com potencial para poupar milhares de milhões às empresas e dinamizar a inovação tecnológica. Com este pacote de simplificação, as empresas europeias irão passar menos tempo com tarefas administrativas e de conformidade e mais tempo a inovar e a expandir-se. Esta iniciativa abre oportunidades para as empresas europeias crescerem e se manterem na vanguarda da tecnologia, promovendo simultaneamente os mais elevados padrões europeus em matéria de direitos fundamentais, proteção de dados, segurança e equidade.

No centro da iniciativa está o pacote “omnibus digital”, que simplifica normas de inteligência artificial (IA), cibersegurança e dados, e que inclui a Estratégia da União dos Dados para facilitar o acesso a informações de alta qualidade para a IA, além de introduzir as Carteiras Digitais Europeias, que permitirão a empresas uma identidade digital única e mais simplificação burocrática.

O pacote está estimado para gerar poupanças de até 5 mil milhões de euros em custos administrativos até 2029, podendo chegar a 150 mil milhões de euros por ano com o uso das carteiras digitais empresariais. Entre as principais propostas incluídas no pacote estão a harmonização das regras para IA, com simplificações específicas para PME, medidas para facilitar testes em ambientes reais e reforço da centralização da supervisão. Além disso, será criada uma plataforma única para o reporte de incidentes de cibersegurança.

Após a apresentação das medidas propostas pela Comissão, estas serão submetidas à aprovação do Parlamento Europeu e do Conselho, marcando um novo passo da Comissão para tornar o quadro regulatório digital da UE mais eficiente e competitivo.

Primeiro relatório sobre a Lei dos Serviços Digitais revela riscos sistémicos online na UE

Os reguladores europeus, a Comissão Europeia e o Conselho dos Coordenadores dos Serviços Digitais, responsáveis pela aplicação da Lei dos Serviços Digitais, publicaram o primeiro relatório mundial sobre o panorama dos riscos proeminentes e recorrentes nas plataformas online e motores de busca de grande dimensão na União Europeia.

O relatório chama atenção para alguns desafios, como a disseminação de conteúdos ilegais, ameaças à saúde mental e proteção dos menores, além do impacto das tecnologias emergentes, como a inteligência artificial generativa.

Focado em questões das plataformas digitais de grande dimensão, o relatório alerta para a necessidade de criar regras rigorosas, como as previstas na Lei dos Serviços Digitais (DSA), que obriguem as plataformas e motores de busca a implementar medidas de mitigação de riscos, incluindo sistemas automatizados para deteção de atividades ilegais, reforço na moderação de conteúdo e transparência sobre os algoritmos usados para recomendação de conteúdos.

As principais conclusões do relatório abrangem os riscos para a saúde mental e para a proteção dos menores online; o impacto das tecnologias emergentes, como a IA generativa, nas plataformas online; e os desafios à proteção da propriedade intelectual nos mercados online.

Pode consultar [aqui](#) o relatório publicado.

UE aprova estratégia digital internacional para reforçar liderança global e parcerias tecnológicas

O Conselho da União Europeia aprovou conclusões sobre a [Estratégia Digital Internacional para a União Europeia](#), que define uma visão ambiciosa para o envolvimento da UE nos assuntos digitais globais. A estratégia assenta em cinco objetivos principais: colocar o digital no centro da ação externa da UE, construir parcerias, fortalecer a indústria tecnológica europeia, garantir uma transformação digital segura e fiável, e assegurar a liderança da UE na governação digital global.

A aprovação destas conclusões pelo Conselho decorre do facto de os Estados-Membros pretenderem impulsionar a competitividade tecnológica do bloco, promover a inovação e apoiar uma transformação digital sustentável a nível mundial.

A estratégia enfatiza ainda a expansão da rede global de parcerias digitais, integrando acordos comerciais digitais e promovendo diálogos com países parceiros. A cooperação incide também em infraestruturas digitais seguras, cadeias de abastecimento resilientes, cibersegurança e combate a ciberameaças, alinhando-se com os interesses geopolíticos e económicos da UE.

Na sua nota de imprensa, o Conselho destaca a importância da colaboração com a Comissão e a Alta Representante para implementar a estratégia e acompanhar regularmente os progressos, de modo a garantir que a UE mantenha uma posição forte e consistente na governação digital global.



Turismo

Conselho adota posição negocial sobre nova lei que introduz aplicação digital de viagem da UE

O Conselho da União Europeia aprovou o mandato de negociação para uma nova lei que irá criar um sistema de aplicação digital de viagem da UE, um passo decisivo rumo à digitalização dos controlos nas fronteiras externas. Esta aplicação irá permitir que viajantes criem credenciais digitais voluntárias baseadas nos dados biométricos dos seus passaportes ou bilhetes de identidade, possibilitando a pré-apresentação eletrónica dos documentos de viagem antes da chegada à fronteira.

Este sistema vai facilitar a verificação remota das informações pelos guardas de fronteira, reduzindo os tempos de espera e aumentando a segurança, ao dificultar o uso de documentos falsos e melhorar a autenticação nas passagens. Composta por uma app móvel, um serviço backend de validação e um router de viajantes, a aplicação será desenvolvida pela agência da UE eu-LISA e integrará sistemas já existentes, como o Sistema de Entrada/Saída (SES) implementado em outubro de 2025 e o sistema ETIAS previsto para 2026.

O próximo passo é o início das negociações entre o Conselho e o Parlamento Europeu para formalizar a legislação.

Pode saber mais [aqui](#).

Tampere e Dubrovnik selecionadas como Capital Europeia de 2026 e pioneira ecológica do turismo inteligente

A Comissão Europeia anunciou a Capital Europeia de [2026 e a pioneira ecológica do turismo inteligente](#), celebrando os destinos turísticos que lideram em matéria de acessibilidade, sustentabilidade, digitalização e património cultural. Tampere (Finlândia) e Dubrovnik (Croácia) foram selecionadas como as vencedoras do concurso de 2026.

Os concursos deste ano registaram um aumento do número de participantes de uma vasta gama de países. No total, 58 destinos de 22 países competiram pelos títulos de Capital Europeia e Pioneiro Verde do Turismo Inteligente. Os 15 destinos pré-selecionados foram convidados a apresentar os seus casos ao júri europeu em Bruxelas, que selecionou os vencedores de ambos os concursos.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

Mais no Parlamento Europeu:

[Calendário para 2025, 2026 e 2027](#).

Mais no Comité das Regiões Europeu:

[Calendário para 2025 e 2026](#).

Mais no Conselho:

Presidências rotativas do Conselho da União Europeia: [Presidência Dinamarquesa](#)



OPORTUNIDADES DE
EMPREGO, TRABALHO OU
FORMAÇÃO EM BRUXELAS

Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento: Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, consequentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#), [SolAr](#) e [Delicias de Portugal](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

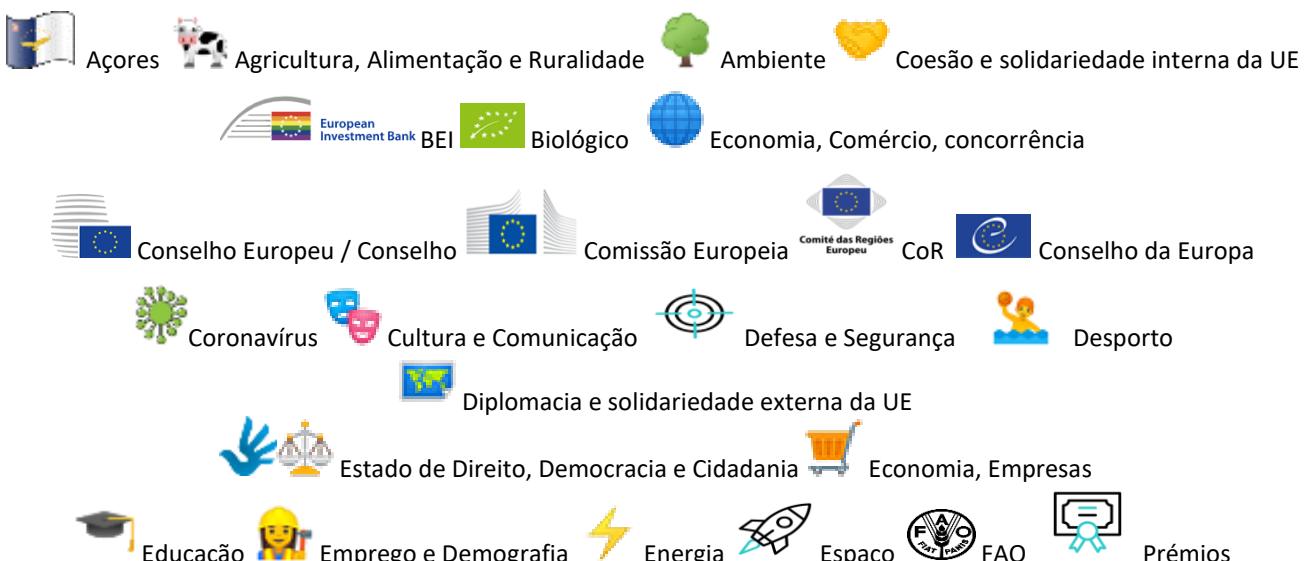
O Gabinete dos Açores em Bruxelas tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao SIARAM ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda:** **Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:





Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política 14 de julho Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu e PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas](#) (incluso o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa Política de Privacidade – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [nímeros anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!